EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/21 – PROCESSO N° 032/21
REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material elétrico e ferramentas de uso geral para todas as Unidades de Saúde

Os objetos deverão ser de boa qualidade

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17 de fevereiro de 2.021 das 08 horas até 01 de março de 2.021 às 08 horas.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01 de março de 2.021 às 08h30min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03 de março de 2.021 às 09 horas.

LOCAL: www.bllcompras.com

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBSERVAÇÃO: COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), DEFINIDAS NO ART. 3° E ART. 18-E, AMBOS DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/06, PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2.014.

A Senhora Pregoeira da Comissão Permanente para Julgamento de Licitações da Prefeitura da Estância Turística de Avaré, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.com)", denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO** – objetivando **Registro de Preços para futura aquisição de material elétrico e ferramentas de uso geral para todas as Unidades de Saúde, conforme solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e** Decreto Municipal nº 2.795, de 02 de junho de 2.011, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n° 123 de 2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e do e do disposto no presente edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS
Endereço: Praça Juca Novaes, 1169, Centro, Avaré/SP,
Pregoeira: Carolina Aparecida Franco de Freitas
E-mail: licitacao@avare.sp.gov.br

DO OBJETO

Tem por objeto do presente edital de pregão eletrônico, a constituição de **Registro de Preços para futura aquisição de material elétrico e ferramentas de uso geral para todas as Unidades de Saúde, conforme solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme **ANEXO 01** deste Edital.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01	Folheto Descritivo/Termo de Referência
ANEXO 02	Exigências para Habilitação
ANEXO 03	Modelo de Declaração Conjunta
ANEXO 04	Modelo de carta proposta reajustada – licitante vencedor
ANEXO 05	Termo de adesão ao sistema de pregão eletrônico da BLL do Brasil
ANEXO 06	Termo de indicação de operadores.
ANEXO 07	Minuta de Ata de Registro de Preço

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema BLL Compras (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei 10.520/02.

1.2. O sistema de pregão eletrônico, BLL Compras, da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é realizado por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) pregoeiro (a) da Prefeitura do Município de AVARÉ – SP, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL Compras" constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.com).

1.4. Devido à preferência dada as MEs, EPPs, MEIs nos lotes exclusivos, não será aplicado o disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123/06 nas cotas principais, para tais lotes será adotado apenas o critério de menor preço.

2. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

2.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação nos **"itens abertos para todos os tipos de empresa"** qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja compatível

com o objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Nos **itens "reservados"**, poderão participar somente Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e MEIs.

3.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante no **ANEXO 03** para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço informar no campo próprio o seu regime de tributação, para fazer valer o seu direito de prioridade do desempate (Art. 44 e 45 da LC 123/2006).

3.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, juntamente com o **ANEXO 05**;

3.4. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9° da lei Federal n° 8.666/93, **não será permitida a participação de empresas**:

3.4.1. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração, de acordo com o artigo 87, IV da Lei Federal nº 8.666/93;

3.4.2. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração; de acordo com a Súmula 51 do TECESP;

3.4.3. Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n° 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 de 7 de agosto de 2014 nos lotes reservados;

3.5. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão. Para isso, os interessados deverão cadastrar-se previamente na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (041) 3042-9909, de acordo com o Anexo 05.

3.6. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante (item 3.5), até o limite de horário previsto no edital, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Termo de Credenciamento (instrumento particular de mandato), declarando cumprir as exigências do Edital, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão, conforme modelo do **ANEXO 05**.

b) inserção no sistema do valor inicial do objeto licitado.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) declarar o vencedor;
i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do Termo de credenciamento, com firma reconhecida, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.com.

5.2. A licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

6.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3042-9909, ou e-mail contato@bll.org.br.

7. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas;

7.2. Serão desclassificadas as propostas:
a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no edital.
b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos **que permitem a sua identificação.**
c) da licitante não considerada nos termos da Lei, ME, EPP ou MEI nos itens reservados.
d) que não contenha informações ou arquivos descrevendo as especificações, marca e/ou nome do fabricante e valores, e que esteja escrito nestes campos somente “conforme edital”.

7.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.4. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.

7.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”,** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.6. Após a abertura do item colocado em disputa, a fase de lances terá duração de **10 (dez) minutos.** Após esse período, o sistema encerrará a competição caso nenhum lance seja apresentado dentro do intervalo de **2 (dois) minutos**.

7.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, o sistema encerrará automaticamente a etapa de lances.

7.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º.

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,5% (zero, vírgula, cinco por cento) do estimado unitário do item.**

7.11. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (03) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.12. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por **tempo superior a dez minutos,** a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **decorridas 24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.14. O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR UNITÁRIO,** conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. Conforme o artigo 36 do Decreto 10.024/2019, após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
7.16.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Parágrafo único: na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

7.18. O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances;

7.19. O(a) pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço**,** imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública;

7.20. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já anexados no sistema, serão encaminhados **VIA E-MAIL** para **licitacao@avare.sp.gov.br** no **prazo de 02 (duas) horas,** com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, quando estes forem cópia simples, observado os prazos legais pertinentes;

7.21. Se a licitante vencedora do certame deixar de cumprir a obrigação estabelecida no **item 9,** no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação, serão apurados pela Senhora Pregoeira e sua equipe de apoio, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o preço total do lote oferecido na proposta inicial e o preço final

obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta;

7.22. Fica estabelecido o prazo de **02 (duas) horas** para envio da proposta final readequada, conforme **Anexo 04 – Modelo II**, podendo esse prazo ser prorrogado a critério da pregoeira quando o licitante solicitar dependendo da quantidade de itens e da complexidade do objeto;

7.23. Os documentos anexados na plataforma, relativos à habilitação das empresas declaradas vencedoras das melhores ofertas, que não puderem ter a sua autenticidade aferida por meio eletrônico **(assinatura digital ou autenticação eletrônica com código de verificação)**, deverão ser enviados em originais ou cópias autenticadas, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contado da data da sessão pública virtual, para **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Avaré, Praça Juca Novaes, n° 1.169 – Centro – Avaré/SP – CEP: 18705-023. A/C Pregoeira: Carolina Aparecida Franco de Freitas.**

7.24. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas na cláusula **item 14** e seus subitens, deste Edital, podendo o(a) pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

7.25. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido desconto melhor;

7.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;

7.27. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.28. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, o(a) pregoeiro(a) aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá o(a) pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela Administração Pública.

Lei Complementar 123/06 – Estatuto de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.29. Caso a mesma empresa vencer a **Cota Reservada** e a **Cota Principal**, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado, e caso seja vencedora uma ME, EPP, MEI ou outras nos itens reservados e na cota principal em itens iguais, deverá ser adotado para contratação o menor valor ofertado para o item.

7.30. Caso somente tenha licitante vencedor na **Cota Principal – Aberto para todas as empresas**, a mesma fica obrigada a assumir a **Cota Reservada para ME, EPP e MEI**.

8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
8.1.1. Valor unitário, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;
8.1.2. Marca (quando esta for de fabricação própria, deverá mencionar neste campo “Marca Própria”, sob pena de desclassificação, visando o princípio da não identificação do licitante nesta fase, posteriormente na proposta reajustada deverá conter a marca, cuja verificação do atendimento às especificações será verificada);

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. A não inserção de arquivo ou informação contendo as especificações, marca e/ou nome do fabricante e valor do produto neste campo implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta, sendo **vedada a identificação do licitante** por qualquer meio.

8.6. São vedadas propostas para um **mesmo item/lote** formuladas por estabelecimentos distintos de uma **mesma licitante** (disputa entre matriz e filial ou entre filiais, ou sócios em comum, por exemplo). O descumprimento implicará a desclassificação de ambas proponentes.

8.7. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.8. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

8.9. Na hipótese do licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte será necessária a informação desse regime fiscal no campo próprio da plataforma, sob pena do licitante enquadrado nessa situação não utilizar os benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/06.

8.10. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01**;

8.11. A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.12. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital;

9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1. A **Empresa vencedora**, deverá enviar ao(a) pregoeiro(a), a Proposta de Preços (readequada) escrita **ANEXO 4**, com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, fax e e-mail, número de agência de conta bancária, no **prazo máximo de 02 (duas) horas.**

9.2. Na proposta final a empresa vencedora deverá apresentar a readequação do novo valor proposto.

9.2.1. Os preços cotados pela empresa vencedora não poderão ultrapassar os preços unitários estimados pela municipalidade.

9.2.2. Caso a licitante não readéque a proposta de modo adequado, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação, serão apurados pela Senhora Pregoeira e sua equipe de apoio, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o preço total do lote oferecido na proposta inicial e o preço final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

9.3. Na proposta escrita, deverá conter:

a) Indicação do objeto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

b) Preços unitários dos itens, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas,

tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;
c) O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** contados da data da sessão de processamento do **PREGÃO ELETRÔNICO;**
d) Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital;
e) Prazo de entrega: Devem ser entregues em **07 (sete) dias úteis** após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).
f) Local e Horário de Entrega: Almoxarifado da saúde: Endereço: Rua Minas Gerais nº 1742 – Bairro Vila Isabel – Avaré/SP – CEP 18.706 – 010 – Fone: (14) 3732 – 4597 – Horário de Entrega: das 07:30 as 16:00 horas.
g) Data e assinatura do representante legal da proponente **(somente na proposta readequada do vencedor).**
Obs: A assinatura/rubrica do representante legal da proponente deverá estar somente na proposta readequada para que não seja possível a identificação do licitante.

9.4. Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

9.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao objeto.

9.6. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

9.7. Serão rejeitadas as propostas que:
a) Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita (m) a perfeita identificação do objeto licitado;
b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do(a) pregoeiro(a);
c) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.
d) Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA
10.1. A Detentora deverá cumprir integralmente o disposto neste edital.

10.2. A Detentora deverá entregar o bem licitado em sua totalidade (conforme quantidades contidas nas autorizações de fornecimento), sendo que a entrega deverá ser realizada nos endereços e prazos mencionados no anexo I deste edital.

10.3. Manter durante toda a vigência da ata compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4. Arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes a entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem ao edital.

10.5. Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

11.2. O(a) pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor preço;

11.3. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) e sua equipe fará nova conferência da proposta vencedora, se constatado que houve falha na análise inicial e a mesma não atende ao que pede o Edital, o vencedor será desclassificado e o próximo licitante de menor preço convocado.

11.4. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

11.5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.6. Conhecida a vencedora, a pregoeira consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.
11.6.1. Em seguida, proceder-se-á ao julgamento da Habilitação das licitantes que aceitaram fornecer ao preço da vencedora do certame.

12. HABILITAÇÃO

12.1. Conforme Art.26 do Decreto 10.024/2019: Os documentos relativos à habilitação, deverão ser exclusivamente cadastrados na plataforma até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (até a abertura da sessão pública) - **(ANEXO II e III)**, sob pena de inabilitação. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já anexados no sistema, serão encaminhados **VIA E-MAIL** para **licitacao@avare.sp.gov.br** no **prazo de 02 (duas) horas,** com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada (quando estes forem cópia simples), observado os prazos legais pertinentes.

12.2. Os documentos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, preferencialmente autenticados digitalmente, constando o selo digital com a indicação do sítio eletrônico para a verificação da veracidade das informações, nos termos da Lei Federal nº 8.935/94.

12.3. Os documentos digitalizados e não autenticados, anexados no sistema pelo interessado, terão valor de cópia simples.

12.4. O licitante vencedor deverá, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contado da data da sessão pública virtual, encaminhar os documentos de habilitação e proposta reajustada em original ou por cópia autenticada, na hipótese do item **"12.3"**, sob pena de inabilitação, se prejuízo da aplicação das penalidades previstas no ato convocatório.

12.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

12.6. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, a comprovação das informações será realizada mediante a apresentação dos documentos originais não digitais.

12.7. Os documentos apresentados digitalmente são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

12.8. Os documentos obtidos via sítios eletrônicos deverão ser apresentados em formato digital, sendo verificada sua autenticidade nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

12.9. Todos os documentos anexados na plataforma, que necessitem de assinaturas deverão ser assinados originalmente ou por certificado digital, sob pena de inabilitação.

12.10. Não serão aceitos documentos emitidos após a data da sessão pública.

12.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

12.12. A não inserção dos documentos de habilitação, na plataforma, acarretará a imediata **INABILITAÇÃO** do licitante.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

13.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até **03 (Três) dias úteis anteriores à data designada para a realização do Pregão**, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entender viciarem o mesmo;

13.3. Caberá ao(a) pregoeiro(a) decidir, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, sobre a impugnação interposta;

13.4. Caso procedente e acolhido à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame, salvo nos casos em que as alterações decorrentes da impugnação não alterarem a apresentação das propostas de preços.

13.5. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no sistema "CHAT" manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (Três) dias** para apresentação das razões de recurso, ficando desde logo os demais licitantes intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
13.5.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.6. A falta de interposição na forma prevista no **subitem 13.5** importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro declarará o vencedor do certame na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório;

13.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório;

13.8. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
14.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços e aos contratos/autorizações de compras, o Decreto nº 5037, de 14 de dezembro de 2.017 que estabelece normas para aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 com alterações posteriores e Lei Federal nº 10.520/02.
14.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, em face do disposto nos artigos 81, 86 e 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações que lhe foram incorporadas e do art.7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, obedecerá, no âmbito do Município da Estância Turística de Avaré, as normas estabelecidas no Decreto nº 5037/17.
14.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:
I – Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
II – Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
14.4. O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:
I – Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
II – Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) ao dia.

14.5. Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:
I – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
II – Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
III – Ressarcimento de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.
14.6. A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.
14.7. O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.
14.8. As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.
14.9. A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas, pelo gestor do respectivo contrato, à autoridade que autorizou a licitação, ou a contratação, no respectivo processo.
14.10. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.
§1º – Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado via e-mail, informado no cadastro do responsável, via correio com AR e/ou publicação em Diário Oficial da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa, as normas estabelecidas no Decreto nº 5339/18.
§2º – Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.
§3º – Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, de cuja decisão cabe solicitação de reconsideração.
§4º – A multa imposta deverá ser recolhida, decorridos 5 (cinco) dias úteis da decisão do recurso ou, em sendo o caso, da solicitação de reconsideração.
§5º – Se o pagamento da multa não for efetuado dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o valor deverá ser inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.
14.11. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.
14.12. As disposições constantes deste Decreto aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
§ 1º – A inexecução total ou parcial do contrato de obras e serviços de engenharia, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:
I – Advertência.
II – Multa.
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, por prazo não superior a dois anos.
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
§2º – A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, afim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado

descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

§3º – A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados no cronograma de execução, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, nos casos de inexecução total e parcial do contrato.

§4º – A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.

§5º – Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 5 (cinco) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§6º – A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos.

§7º – A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

§8º – A aplicação da sanção prevista no parágrafo anterior é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo, no prazo de dez dias, contados da abertura de vistas.

§9º – Decorridos 5 (cinco) anos da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.

14.13. A multa prevista no artigo anterior será:

I – de 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II – de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III – de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

§1º – O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo Município em decorrência da execução contratual.

§2º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§3º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, o valor da multa deverá ser recolhido à conta do Município de Avaré através de guia de recolhimento própria, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

§ 4º – O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.

14.14. O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único: A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no item 14.4, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" do item 14.13.
14.15. O pedido de prorrogação de prazo final da obra, serviços, ou entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.
14.16. As multas referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais legislação correlata.

15. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E COMPROMISSO DE FORNECIMENTO
15.1. A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo(a) pregoeiro(a) no final da sessão;

15.2. Em havendo recurso submetido à autoridade superior competente, a adjudicação será feita por esta.

15.3. A homologação, em favor da licitante vencedora nesta licitação, será feita pela autoridade superior.

15.4. A Ata de Registro de Preços deverá registrar o(s) preço(s) e o(s) fornecedor(es), com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

15.5. As convocações de que tratam o item anterior deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, prorrogáveis apenas 01 (uma) única vez a critério da Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.6. Sempre que o licitante vencedor não atender à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o item específico, respectivo ou a licitação. Colhidas as assinaturas, este Município providenciar a imediata publicação da Ata

15.7. A existência de preços registrados não obriga este Município a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições;

15.8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS:
a) Assegurados o contraditório e a ampla defesa, a empresa detentora terá seu Registro de Preços cancelado quando:
15.8.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
15.8.2. Recusar-se a assinar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por este Município, sem justificativa aceitável;
15.8.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticados no mercado;

15.8.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
15.8.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002;
15.8.6. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
15.8.7. Independentemente das previsões retro indicadas, a detentora poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
15.8.8. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata;
15.8.9. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades das Secretarias e por meio da emissão de **autorização de fornecimento**.
15.8.10. O prazo, local de entrega e vigência da ata de Registro de Preços será conforme ANEXO I – FOLHETO DESCRITIVO/MEMORIAL DESCRITIVO

15.9. Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis.

16. PAGAMENTO
16. 1. O prazo para pagamento, quando se tratar de recursos vinculados (fontes 02 e 05) será de até 30 dias após a entrega a emissão da Nota Fiscal. O prazo para pagamento, quando se tratar de recurso próprio (fonte 01) será de 30 dias após a entrega e a emissão da Nota Fiscal.

16.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

17 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico na forma do edital.

17.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis,** contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos devem ser divulgadas pelo sistema e possuem **caráter vinculante** a todos os participantes e à própria Administração.

18 – DISPOSIÇÕES FINAIS
18.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Avaré/SP, revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista razões de interesse público, por motivo de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do art. 49 da

Lei n° 8.666/93 e art.18 do Decreto Federal nº 3.555/00, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

18.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

18.3. É facultado o(a) pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
18.3.1. Na hipótese de necessidade de **suspensão da sessão pública** para a **realização de diligências,** com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, **no mínimo 24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação;

18.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados os interesses da administração (princípio de ampliação da disputa e interesse público), o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

18.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

18.9. Não cabe à **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

18.10. Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o do Município de Avaré – SP, considerado aquele a que está vinculado o(a) pregoeiro(a);

18.11. O(a) pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, atenderá(ão) aos interessados no horário de 08 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, por correio eletrônico: licitacao@avare.sp.gov.br; ou ainda, pessoalmente **por escrito**, no Departamento de Licitações,

localizado na Praça Juca Novaes, n° 1.169 – Centro – Avaré/SP – CEP 18.705-023, para mais esclarecimentos.

18.12. A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos licitação e não será devolvida ao proponente;

18.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

18.14. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.

18.15. Do edital, se não houver competidor enquadrado como ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte) ou Microempreendedor Individual (MEI) nos itens reservados, e não houver licitante no lote aberto para todos os tipos de empresa, os itens serão revogados, abrindo-se novo certame para ampla participação.

Prefeitura da Estância Turística de Avaré (SP), 04 de fevereiro de 2.021.

ROSLINDO WILSON MACHADO
Secretário Municipal de Saúde da Estância Turística de Avaré

ANEXO I – FOLHETO DESCRITIVO

SETOR SOLICITANTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material elétrico e ferramentas de uso geral para todas as Unidades de Saúde.

JUSTIFICATIVA: Se faz necessário para atender as necessidades de todas as Unidades de Saúde.

CRITÉRIOS DA AQUISIÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

FORMA DE PAGAMENTO:
1. O prazo para pagamento, quando se tratar de recursos vinculados (fontes 02 e 05) será de até 30 dias após a entrega a emissão da Nota Fiscal.
2. Prazo para pagamento, quando se tratar de recurso próprio (fonte 01) será de 30 dias após a entrega e a emissão da Nota Fiscal.

NOTA FISCAL:
1. É obrigatório constar na Nota Fiscal as seguintes Referências: Pregão Eletrônico n° 021/21 – Processo n° 032/21 – Ata de Registro de Preços Nº ___/___ – Autorização de Fornecimento n° ____/__ – Dados bancários da empresa.
2. O CNPJ da Nota Fiscal deverá ser o mesmo da Autorização de Fornecimento.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:
1. Na Ata de Registro de Preços deverá constar o endereço eletrônico e telefone da DETENTORA para que o Almoxarifado da Saúde possam encaminhar via e-mail a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF), formalizando a solicitação.
2. Em caso de entrega parcial a Detentora deverá entrar em contato com o Almoxarifado da Saúde – Telefone: (14)3732-4597 – E-mail: almoxarifado.saude@avare.sp.gov.br.
3. RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ALMOXARIFADO DA SAÚDE: juarez.marchetti@avare.sp.gov.br
4. Para que o Almoxarifado da Saúde possa emitir uma nova Autorização de Fornecimento Fracionada.

PRAZO DE ENTREGA: Devem ser entregues em **07 (sete) dias úteis** após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA: Almoxarifado da saúde: Endereço: Rua Minas Gerais nº 1742 – Bairro Vila Isabel – Avaré/SP – CEP 18.706 – 010 – Fone: (14) 3732 – 4597 – Horário de Entrega: das 07:30 as 16:00 horas.

* Todos os itens/ produtos só poderão ser entregues após assinatura do instrumento contratual e o recebimento da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (A.F.).

FORMA DE ENTREGA: Os produtos/itens devem ser entregues conforme a Autorização de Fornecimento de forma parcial quando se tratar de Ata de Registro de Preço, demais modalidades devem ser entregues conforme solicitado na A.F.

* Todos os itens/produtos deverão estar acondicionados em embalagens apropriada que garanta a integridade do produto, contendo as seguintes informações:
-Rotulo com nome do produto,
-Número de lote,
-Data de fabricação/validade,
-Composição e procedência.
-Deverão obedecer a legislação e Normas atuais vigentes.
-Deverão ter garantia contra defeitos de fabricação ou materiais

*Em caso de eventuais defeitos nos produtos fornecidos, os mesmos deverão ser prontamente corrigidos pela Detentora e deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para ao Órgão Gerenciador.

DA GARANTIA: Deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a constar após o recebimento do produto no Almoxarifado.
*Os itens/produtos que tiverem validade inferior a 12 meses, devido a fabricação/confecção, deverão ser comprovada através de informações recebidas do fabricante.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses.

ENCAMINHAMENTO DA NOTA FISCAL: Deverá ser encaminhada via e-mail aos seguintes endereços eletrônicos, para os devido trâmites:
– ALMOXARIFADO DA SAÚDE: almoxarifado.saude@avare.sp.gov.br;
– RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ALMOXARIFADO DA SAÚDE: juarez.marchetti@avare.sp.gov.br;

FISCAIS ATAS/CONTRATOS/SERVIÇOS:
1. FISCAL TÉCNICO/SOLICITANTE:
Nome: Marco Antônio Vona
Cargo: Eletricista
CPF: 081.836.688-52

2. FISCAL DE RECEBIMENTO/NOTAS FISCAIS/RESPONSÁVEL/ALMOXARIFADO DA SAÚDE:
Nome: Juarez Marchetti
Cargo: Responsável Técnico
CPF: 309.595.478-60

FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA: Deverá seguir os padrões adotados pelos Almoxarifados da Municipalidade.

OBRIGAÇÕES DA DETENTORA: Padrões da Municipalidade.

OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR: Padrões da Municipalidade.

DOCUMENTAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Padrões da Municipalidade.

FUNÇÕES DOS FISCAIS:

1. FUNÇÕES DO SOLICITANTE: Deverá participar do processo Licitatório, nos casos de aquisições feitas através de Pregão Eletrônico (avaliar as propostas via e-mail) e/ou Pregão Presencial (deverá comparecer no dia do certame para avaliar as propostas no Departamento de Licitação).

2. FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá ACOMPANHAR sua solicitação.
*Os itens/produtos recebido através do Almoxarifado da Saúde, devem ser conferidos e analisados, verificar se há desvios de qualidade, defeito, infrações e/ou discrepâncias e se estão adequados ao solicitado no TERMO REFERÊNCIA/EDITAL.
*Registrar as inconformidades em documentos e encaminhar ao Almoxarifado da Saúde/ Secretária de Saúde, para que haja a reposição ou os desfazimentos, ajustes ou correções nos serviços/produtos/itens.
*Em casos de Execução de SERVIÇOS, verificar se a Autorização de Empenho (AE) já está empenhada, caso positivo, emitir a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF) e encaminhar para o prestador de SERVIÇOS.
*Deverá emitir a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF) antes do 05 (cinco) dias úteis de cada mês e encaminhar para o prestador de SERVIÇOS, para a emissão da NOTA FISCAL.
*Ao receber a NOTA FISCAL, emitida pela Detentora, deverá conferir, e fazer o acompanhado da NOTA FISCAL.
*O FISCAL DA ATA, deverá emitir uma DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO dos serviços.
*No VERSO da Nota Fiscal deverá ter o “atesto”, constando: N.º Nota Fiscal, valores, nome, função, RG, carimbo e assinatura do FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, escrito por extenso.
*Encaminhar imediatamente a NOTA FISCAL, acompanhado da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (A.F.) e DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO, deverá ser encaminhada a/o RESPONSÁVEL pelos CONTRATOS, na Secretaria de Saúde, para providências necessárias.

– FUNÇÃO DO ALMOXARIFADO: O Almoxarifado da Saúde, após receber as AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO (AF), deverá encaminhar para o endereço eletrônico constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e verificar o recebimento através do telefone no mesmo.
Receber e conferir as Notas Fiscais.
Em caso recebimento de material/objeto específico o Almoxarifado entrara em contato com o solicitante para conferência e avaliação técnica.
O Almoxarifado da Saúde, após receber as AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO (AF), deverá encaminhar para o endereço eletrônico constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e verificar o recebimento através do telefone no mesmo.
Receber e conferir os produtos /itens e demais objetos constantes nas Notas Fiscais.
Em caso recebimento de material/objeto específico o Almoxarifado entrara em contato com o solicitante para conferência e avaliação técnica.

COTA PRINCIPAL ABERTO PARA TODOS OS TIPOS DE EMPRESA

Item	Descrição	Qtde	Un.	Valor Unitário	Valor Total
01	Gás para ar condicionado doméstico e comercial, bombas de calor e refrigeração comercial. Peso aproximadamente do cilindro com 12k	08	Un.	R$ 446,96	R$ 3.575,68

02	Gás refrigerador utilizado nos sistemas de ar condicionado e resfriadores de líquidos	08	Un.	R$ 525,96	R$ 4.207,68
03	Maçarico portátil com acendimento automático, bico para maçarico, autoignição, bico rotativo de 360° - aplicações de baixa e média temperatura	02	Un.	R$ 193,18	R$ 386,36
04	Refil para maçarico portátil gás butano 227gr	15	Un.	R$ 17,32	R$ 259,80
05	Ferramenta para uso para dobrar tubos, pode ser usada para dobrar encanamentos de cobre, alumínio e ar condicionado	01	Un.	R$ 248,18	R$ 248,18
06	Jogo de chave combinada speedy com catraca de 8 a 19MM CRV com 12 peças	02	Kit	R$ 263,34	R$ 526,68
07	Cortador de tubos de cobre e alumínio 1/8 a 1.1/8 para trabalhos em geral de refrigeração e ar condicionado	02	Un.	R$ 123,80	R$ 247,60
08	Kit flangeador excêntrico com catraca para tubos, é indicado para flangear tubos de cobre e aluminio usados principalmente na instalação de equipamentos de refrigeração e aquecimento. Conteúdo da embalagem: 1 flangeador excêntrico com catraca; 1 morsa polegadas ¼, 5/16, 3/8, ½, 5/8, ¾; 1 morsa milímetros 6,8,10,12,16,19; 1 cortador de tubos; 1 rebarbador/escareador; 1 maleta exclusiva organizadora	02	Kit	R$ 360,99	R$ 721,98
09	Bomba de vácuo 9 CFM duplo estágio; Tensão: bivolt – 110V/220V com chave para selecionar a voltagem; Potência do motor: 1HP; Frequência: 60HZ; Capacidade (ritmo de fluxo): 9 CFM ou 255 litros por minuto; Estágios: 2; Pressão final: 250 microns; Pressão final: 0.3PA; Conexões: 1/4” e 3/8” SAE; Válvula de bloqueio permitem isolar a bomba do sistema onde está produzindo vácuo; Capacidade para vários gases refrigerantes pode ser utilizada com todos os gases refrigerantes tradicionais e com os gases da nova geração;	02	Kits	R$ 1.201,66	R$ 2.403,32
10	Manifold digital testo 557 4 vias bluetooth com 4 mangueiras. Utilizado para a realização de teste de ar condicionado; itens inclusos: Testo 557 coletor digital de 4 vias;	01	Kit	R$ 3.607,33	R$ 3.607,33

	Conjunto de 4 tubos de enchimento; Baterias (4xAA); Protocolo de calibração; 2 x sondas de temperatura de fixação (0613 5506); Medidor pirani externo preciso para medição de vácuo; Maleta de transporte (0516 0012); APP (download gratuito).				
11	Serra copo com pontas de metal duro para furação de concreto e alvenaria. Acompanha: 01 haste comprimento 200 MM e encaixe SDS plus; 01 serra copo de 50MM; 01 broca de concreto ¼ para adaptação na haste	08	Un.	R$ 113,29	R$ 906,32
12	Serra copo com prolongador 30MM para concreto	08	Un.	R$ 87,09	R$ 696,72
13	Brocas sds plus para concreto, nas seguintes medidas: 5MM X 110MM; 6MM X 110MM; 8MM X 160MM; 10MM X 160MM; 6MM X 160MM	08	Kits	R$ 35,39	R$ 283,12
14	Broca de widea para concreto 12MM extra longa	08	Un.	R$ 34,37	R$ 274,96
15	Broca para concreto extralonga. Indicada para concreto, alvenaria, entre outros. Possui ponta de metal duro/widea, que proporciona maior durabilidade e acabamento niquelado, que aumenta a proteção contra oxidação/corrosão. Seu corpo extralongo possibilita furações de maior profundidade. Comprimento total: 400MM x 10,0MM	08	Un.	R$ 33,84	R$ 270,72
16	Martelete combinado 24MM c/ encaixe sds plus 800 watts. Características: Martelete rotativo e rompedor; Velocidade variável; Rotação reversível; Limitador de torque; Encaixe SDS plus; Dupla isolação	02	Un.	R$ 793,13	R$ 1.586,26
17	Parafusadeira e furadeira de impacto 12V HP 333 DWYE com 2 baterias litio carregador bivolt. Acompanha: 2 baterias 12V 1.5 AH; Carregador bivolt	02	Kits	R$ 767,33	R$ 1.534,66
18	Capacímetro digital refrigeração e ar condicionado: Display de cristal líquido de 3 ½ dígitos; Escalas: 200PF, 2000PF, 20NF, 200NF, 2MF, 20MF, 200MF, 2000MF, 20MF; Precisão: +/- 0,5% (+1 digito); Resolução:	02	Un.	R$ 213,99	R$ 427,98

	0,1PF, 1PF, 10PF, 100PF, 1NF, 10NF, 100NF, 1MF, 10MF; Frequência: 800HZ, 80HZ, 8HZ; Taxa de amostragem: 2 a 3 segundos; Indicação de bateria fraca				
19	Alicate de corte diagonal da linha 6 polegadas	03	Un.	R$ 18,69	R$ 56,07
20	Alicate de bico meia cana longo 6 polegadas 17 centímetros	03	Un.	R$ 19,43	R$ 58,29
21	Alicate universal profissional de 8 polegadas. Utilizado para todos os tipos de utilidades, especial para eletricistas. Para cortar fios e malhas sem deixar rebarbas. Contém dispositivo para prensar terminais de bitolas até 10mm² sem isolação. Bico com ranhuras cruzadas para melhor agarre de fios e capas isolantes	03	Un.	R$ 58,90	R$ 176,70
22	Ferro de solda profissional hikari 60W, 127V, PBT antichama. Dupla isolação; Protege contra choque; Potência de consumo: 5W; Temperatura máxima: 510 C°	03	Un.	R$ 40,92	R$ 122,76
23	Bucha com parafuso para drywall fly número 3 com 2 peças	750	Peças	R$ 9,66	R$ 7.245,00
24	Solda vareta ferro e cobre 1,59MM, pacote com peso aproximado 1KG	08	Pctes	R$ 28,60	R$ 228,80
25	Dobradiça vai-vem 3” com 2 unidades	375	Pctes	R$ 38,48	R$ 14.430,00
26	Dobradiça MGM 3 unidades 3 polegadas com parafuso	225	Pctes	R$ 10,85	R$ 2.441,25
27	Espuma expansiva de poliuretano mundial prime, ideal para vedação, preenchimento de juntas, isolamento e fixação de portas, janelas e qualquer outro tipo de abertura. Material resistente, de alto rendimento que adere com facilidade em madeira, metais, vidros, alvenaria, cerâmica, mármore e etc	150	Un.	R$ 19,42	R$ 2.913,00
28	Tubo de silicone adesivo incolor 280g	150	Un.	R$ 23,19	R$ 3.478,50
29	Módulo tomada 10A branco	75	Un.	R$ 5,49	R$ 411,75
30	Módulo interruptor simples 10A branco	75	Un.	R$ 4,59	R$ 344,25
31	Interruptor bipolar paralelo 10A	08	Un.	R$ 19,65	R$ 157,20
32	Soquete com sistema antivibratório para conectar lâmpadas fluorescentes em rede	1.500	Un.	R$ 4,86	R$ 7.290,00

	elétrica com tensão nominal de 250v e corrente de 2a				
33	Lâmpada tubular LED T8 120CM – 20W: Acompanha LED 6500K (branco frio); Produto certificado, adequado à portaria INMETRO n° 144/215; Potência: 20W; Acompanha soquete: não; Acabamento: acabamento único, sem customização; Tensão: bivolt	750	Un.	R$ 21,42	R$ 16.065,00
34	Estanho em fio para solda: Diâmetro: 6cm; Espessura: 1mm; Material: estanho; Peso do produto: 500g; Produto: estanho em fio; Uso indicado: soldagem; Tipo: carretel	75	Un.	R$ 88,16	R$ 6.612,00
35	Lâmpada LED tubular 9w branco frio (6500K) T8 60cm bivolt	750	Un.	R$ 15,50	R$ 11.625,00
36	Lâmpada LED bulbo E27 A80 15W branco frio: Potência: 15W; Cor branca 6000K branco frio; Equivalência: incandescente 150W / fluorescente 30W; Fluxo luminoso: 1350 lumens (pode variar um pouco); Fator potência: 0,70; Modelo: bulbo LED A80; Base rosca: E27; Voltagem: bivolt automático (110V – 220V)	750	Un.	R$ 17,18	R$ 12.885,00
37	Soquete porcelana E27 com base	150	Un.	R$ 7,52	R$ 1.128,00
38	Placa+suporte 4x4 em termoplástico 4 postos linha luz branca	60	Un.	R$ 84,88	R$ 5.092,80
39	Módulo tomada: Corrente elétrica: 20A; Quantidade de módulos: 1 módulo; Marca: tramontina. Obs: não se conecta com outro modelo	75	Un.	R$ 5,21	R$ 390,75
40	Fita de borracha autofusão – uso profissional Técnicos: 19MM X 10M; cor preta	15	Un.	R$ 28,40	R$ 426,00
41	Fita isolante 20 metros: Espessura: 0,15MM; Certificado: abnt nbr nm 60454-3; Largura: 19MM; Material adesivo: resina de borracha; Tipo de fita: vinil	225	Un.	R$ 14,18	R$ 3.190,50
42	Disjuntor termomagnético easy ez9f33391, 3 pólos, 100 amperes no máximo a 400vca. Em conformidade com as normas de segurança (inmetro)	15	Un.	R$ 203,10	R$ 3.046,50
43	Disjuntor bipolar DIN 16A curva C	23	Un.	R$ 39,57	R$ 910,11

44	Fio telefone FE-80 uso externo preto	600	M	R$ 1,09	R$ 654,00
45	Cabos PP universal 1,5MM, para fazer chicotes e lanternas e painéis com 4 fios	1.500	M.	R$ 4,30	R$ 6.450,00
46	Cabo PP flexível com 3x1,5MM. Amplamente utilizado em instalações de ar condicionado. Possui 3 fios paralelos uns aos outros em seu interior	3.750	M.	R$ 2,53	R$ 9.487,50
47	Cabo flexível 750V 25 MM preto p/ metro	1.500	M.	R$ 1,59	R$ 2.385,00
48	Fio cabo flexível cobre 16,0MM	1.500	M.	R$ 14,47	R$ 21.705,00
49	Cabo flexível: Medida: 10,0; Tensão: 750v; Condutor: cobre; Isolação: PVC antichama	2.250	M.	R$ 7,91	R$ 17.797,50
50	Fio cobre flexível 6,0MM. 450/750V	2.250	M.	R$ 4,52	R$ 10.170,00
51	Cabo flexível 1x4,0MM. Tensão: 450/750V.	2.250	M.	R$ 3,11	R$ 6.997,50
52	Cabo flexível 2,5MM. 750V.	2.250	M.	R$ 1,59	R$ 3.577,50
53	Cabo flexível 1,5MM. 750V.	2.250	M.	R$ 1,13	R$ 2.542,50
54	Lâmpada LED tubular HO ENT 2,40mt 6500K (branco frio)	750	Un.	R$ 54,80	R$ 41.100,00

COTA RESERVADA ME/EPP/MEI

Item	Descrição	Qtde	Un.	Valor Unitário	Valor Total
55	Gás para ar condicionado doméstico e comercial, bombas de calor e refrigeração comercial. Peso aproximadamente do cilindro com 12k	02	Un.	R$ 446,96	R$ 893,92
56	Gás refrigerador utilizado nos sistemas de ar condicionado e resfriadores de líquidos	02	Un.	R$ 525,96	R$ 1.051,92
57	Refil para maçarico portátil gás butano 227gr	05	Un.	R$ 17,32	R$ 86,60
58	Serra copo com pontas de metal duro para furação de concreto e alvenaria. Acompanha: 01 haste comprimento 200 MM e encaixe SDS plus; 01 serra copo de 50MM; 01 broca de concreto ¼ para adaptação na haste	02	Un.	R$ 113,29	R$ 226,58
59	Serra copo com prolongador 30MM para concreto	02	Un.	R$ 87,09	R$ 174,18
60	Brocas sds plus para concreto, nas seguintes medidas: 5MM X 110MM; 6MM X 110MM; 8MM X 160MM; 10MM X 160MM; 6MM X 160MM	02	Kits	R$ 35,39	R$ 70,78

61	Broca de widea para concreto 12MM extra longa	02	Un.	R$ 34,37	R$ 68,74
62	Broca para concreto extralonga. Indicada para concreto, alvenaria, entre outros. Possui ponta de metal duro/widea, que proporciona maior durabilidade e acabamento niquelado, que aumenta a proteção contra oxidação/corrosão. Seu corpo extralongo possibilita furações de maior profundidade. Comprimento total: 400MM x 10,0MM	02	Un.	R$ 33,84	R$ 67,68
63	Alicate de corte diagonal da linha 6 polegadas	01	Un.	R$ 18,69	R$ 18,69
64	Alicate de bico meia cana longo 6 polegadas 17 centímetros	01	Un.	R$ 19,43	R$ 19,43
65	Alicate universal profissional de 8 polegadas. Utilizado para todos os tipos de utilidades, especial para eletricistas. Para cortar fios e malhas sem deixar rebarbas. Contém dispositivo para prensar terminais de bitolas até 10mm² sem isolação. Bico com ranhuras cruzadas para melhor agarre de fios e capas isolantes	01	Un.	R$ 58,90	R$ 58,90
66	Ferro de solda profissional hikari 60W, 127V, PBT antichama. Dupla isolação; Protege contra choque; Potência de consumo: 5W; Temperatura máxima: 510 C°	01	Un.	R$ 40,92	R$ 40,92
67	Bucha com parafuso para drywall fly número 3 com 2 peças	250	Peças	R$ 9,66	R$ 2.415,00
68	Solda vareta ferro e cobre 1,59MM, pacote com peso aproximado 1KG	02	Pctes	R$ 28,60	R$ 57,20
69	Dobradiça vai-vem 3” com 2 unidades	125	Pctes	R$ 38,48	R$ 4.810,00
70	Dobradiça MGM 3 unidades 3 polegadas com parafuso	75	Pctes	R$ 10,85	R$ 813,75
71	Espuma expansiva de poliuretano mundial prime, ideal para vedação, preenchimento de juntas, isolamento e fixação de portas, janelas e qualquer outro tipo de abertura. Material resistente, de alto rendimento que adere com facilidade em madeira, metais, vidros, alvenaria, cerâmica, mármore e etc	50	Un.	R$ 19,42	R$ 971,00
72	Tubo de silicone adesivo incolor 280g	50	Un.	R$ 23,19	R$ 1.159,50

73	Módulo tomada 10A branco	25	Un.	R$ 5,49	R$ 137,25
74	Módulo interruptor simples 10A branco	25	Un.	R$ 4,59	R$ 114,75
75	Interruptor bipolar paralelo 10A	02	Un.	R$ 19,65	R$ 39,30
76	Soquete com sistema antivibratório para conectar lâmpadas fluorescentes em rede elétrica com tensão nominal de 250v e corrente de 2a	500	Un.	R$ 4,86	R$ 2.430,00
77	Lâmpada tubular LED T8 120CM – 20W: Acompanha LED 6500K (branco frio); Produto certificado, adequado à portaria INMETRO n° 144/215; Potência: 20W; Acompanha soquete: não; Acabamento: acabamento único, sem customização; Tensão: bivolt	250	Un.	R$ 21,42	R$ 5.355,00
78	Estanho em fio para solda: Diâmetro: 6cm; Espessura: 1mm; Material: estanho; Peso do produto: 500g; Produto: estanho em fio; Uso indicado: soldagem; Tipo: carretel	25	Un.	R$ 88,16	R$ 2.204,00
79	Lâmpada LED tubular 9w branco frio (6500K) T8 60cm bivolt	250	Un.	R$ 15,50	R$ 3.875,00
80	Lâmpada LED bulbo E27 A80 15W branco frio: Potência: 15W; Cor branca 6000K branco frio; Equivalência: incandescente 150W / fluorescente 30W; Fluxo luminoso: 1350 lumens (pode variar um pouco); Fator potência: 0,70; Modelo: bulbo LED A80; Base rosca: E27; Voltagem: bivolt automático (110V – 220V)	250	Un.	R$ 17,18	R$ 4.295,00
81	Soquete porcelana E27 com base	50	Un.	R$ 7,52	R$ 376,00
82	Placa+suporte 4x4 em termoplástico 4 postos linha luz branca	20	Un.	R$ 84,88	R$ 1.697,60
83	Módulo tomada: Corrente elétrica: 20A; Quantidade de módulos: 1 módulo; Marca: tramontina. Obs: não se conecta com outro modelo	25	Un.	R$ 5,21	R$ 130,25
84	Fita de borracha autofusão – uso profissional Técnicos: 19MM X 10M; cor preta	05	Un.	R$ 28,40	R$ 142,00
85	Fita isolante 20 metros: Espessura: 0,15MM; Certificado: abnt nbr nm 60454-3; Largura:	75	Un.	R$ 14,18	R$ 1.063,50

	19MM; Material adesivo: resina de borracha; Tipo de fita: vinil				
86	Disjuntor termomagnético easy ez9f33391, 3 pólos, 100 amperes no máximo a 400vca. Em conformidade com as normas de segurança (inmetro)	05	Un.	R$ 203,10	R$ 1.015,50
87	Disjuntor bipolar DIN 16A curva C	07	Un.	R$ 39,57	R$ 276,99
88	Fio telefone FE-80 uso externo preto	200	M	R$ 1,09	R$ 218,00
89	Cabos PP universal 1,5MM, para fazer chicotes e lanternas e painéis com 4 fios	500	M.	R$ 4,30	R$ 2.150,00
90	Cabo PP flexível com 3x1,5MM. Amplamente utilizado em instalações de ar condicionado. Possui 3 fios paralelos uns aos outros em seu interior	1.250	M.	R$ 2,53	R$ 3.162,50
91	Cabo flexível 750V 25 MM preto p/ metro	500	M.	R$ 1,59	R$ 795,00
92	Fio cabo flexível cobre 16,0MM	500	M.	R$ 14,47	R$ 7.235,00
93	Cabo flexível: Medida: 10,0; Tensão: 750v; Condutor: cobre; Isolação: PVC antichama	750	M.	R$ 7,91	R$ 5.932,50
94	Fio cobre flexível 6,0MM. 450/750V	750	M.	R$ 4,52	R$ 3.390,00
95	Cabo flexível 1x4,0MM. Tensão: 450/750V.	750	M.	R$ 3,11	R$ 2.332,50
96	Cabo flexível 2,5MM. 750V.	750	M.	R$ 1,59	R$ 1.192,50
97	Cabo flexível 1,5MM. 750V.	750	M.	R$ 1,13	R$ 847,50
98	Lâmpada LED tubular HO ENT 2,40mt 6500K (branco frio)	250	Un.	R$ 54,80	R$ 13.700,00

Os objetos deverão ser de boa qualidade

Observação: por força da legislação vigente é vedada a identificação do licitante.

Observação: As empresas deverão especificar em sua proposta a especificação, marca e/ou nome do fabricante e valores, a sua falta acarretará a desclassificação.

Observação: Caso a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado, e caso seja vencedora uma ME, EPP, MEI ou outras nos itens reservados e na cota principal em itens iguais, deverá ser adotado para contratação o menor valor ofertado para o item.

Observação: Caso somente tenha licitante vencedora no lote aberto para todas as empresas, a mesma fica obrigada a assumir a cota reservada para ME, EPP e MEI.

ANEXO 02 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO E PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Conforme Art.26 do Decreto 10.024/2019 – Os documentos relativos à habilitação, deverão ser **exclusivamente cadastrados na plataforma** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (até a abertura da sessão pública) - **(ANEXO II e III)**, sob pena de inabilitação. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já anexados no sistema, serão encaminhados **VIA E-MAIL** para **licitacao@avare.sp.gov.br** no **prazo de 02 (duas) horas,** com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada (quando estes forem cópia simples), observado os prazos legais pertinentes.

2. A não inserção dos documentos de habilitação, na plataforma, acarretará a imediata **INABILITAÇÃO** do licitante.

3. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE HABILITAÇÃO

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária).

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária.

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.1 Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

3.2. PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) Prova de Regularidade de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

d) Certidão de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

g) Certidão Municipal referente aos tributos mobiliários.

3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.4. DECLARAÇÕES EXIGIDAS:

3.4.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme modelo mostrado no Anexo 03 deste edital, atestando que:

a) Declaração que está sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06. (quando a empresa se enquadrar como ME e EPP).

b) Declaração que conhece e concorda com todos os termos do pregão em epígrafe e cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos pelo Edital, nos termos de Lei nº 10.520/02.Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei nº 10.520/02);

c) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02.

d) Não possui quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4° e seguintes, todos do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar n/ 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.

e) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93.

f) Ter ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n° 8.666/93

g) Declarar que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau reta e colateral, e por afinidade, até o segundo grau, de agente politico do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

h) Declarar que a empresa atende ao artigo 9º da Lei de Licitações no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta municipalidade à empresa.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Os documentos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, preferencialmente autenticados digitalmente, constando o selo digital com a indicação do sítio eletrônico para a verificação da veracidade das informações, nos termos da Lei Federal nº 8.935/94.

4.2. Os documentos digitalizados e não autenticados, anexados no sistema pelo interessado, terão valor de cópia simples.

4.3. O licitante vencedor deverá, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contado da data da sessão pública virtual, encaminhar os documentos de habilitação e proposta reajustada em

original ou por cópia autenticada, na hipótese do item **"12.3"**, sob pena de inabilitação, se prejuízo da aplicação das penalidades previstas no ato convocatório.

4.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

4.5. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, a comprovação das informações será realizada mediante a apresentação dos documentos originais não digitais.

4.6. Os documentos apresentados digitalmente são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

4.7. Os documentos obtidos via sítios eletrônicos deverão ser apresentados em formato digital, sendo verificada sua autenticidade nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

4.8. Todos os documentos anexados na plataforma, que necessitem de assinaturas deverão ser assinados originalmente ou por certificado digital, sob pena de inabilitação.

4.9. Não serão aceitos documentos emitidos após a data da sessão pública.

4.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

4.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.12. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Equipe de Apoio ao Pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

4.13. O(a) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

4.14. A aceitação das certidões exigidas, está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro

município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

Observação: Nos casos que os licitantes participantes forem microempresas e empresas de pequeno porte, aplicar o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da
Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1° deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 8,1 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/21 – PROCESSO N° 032/21 – MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ/ SP

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº ....., sediada, (endereço completo) DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

a) Declaramos que estamos está sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06. (quando a empresa se enquadrar como ME e EPP).
b) Declaramos que conhecemos e concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos pelo Edital, nos termos de Lei nº 10.520/02.
c) Declaramos que nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02.
d) Declaramos que não possuímos quaisquer dos impedimentos previstos nos §§ 4° e seguintes, todos do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.
e) Declaramos a Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93.
f) Declaramos que temos ciência que "a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n° 8.666/93.
g) Declaramos que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau reta e colateral, e por afinidade, até o segundo grau, de agente politico do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
h) Declaramos que a empresa atende ao artigo 9º da Lei de Licitações no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

(Local e Data) - (Responsável legal e assinatura)

ANEXO 04 – CARTA-PROPOSTA REAJUSTADA

Obs: Este modelo poderá ser utilizado somente pelo vencedor do certame, pois contém a identificação do licitante.

À Prefeitura da Estância Turística de Avaré.

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/21 – PROCESSO N° 032/21 – Pregoeira e Equipe de Apoio – Carta Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados **(descrever o item que a empresa ganhou)**, conforme **Anexo 01**, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

COTA PRINCIPAL ABERTO PARA TODOS OS TIPOS DE EMPRESA

Item	Descrição	Qtde	Un.	Marca e/ou Nome do Fabricante	Valor Unitário	Valor Total

COTA RESERVADA ME/EPP/MEI

Item	Descrição	Qtde	Un.	Marca e/ou Nome do Fabricante	Valor Unitário	Valor Total

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE: (DADOS OBRIGATÓRIOS)
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE (responsável pela assinatura do contrato) E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE:
CPF:
DATA DE NASCIMENTO:
ENDEREÇO COMERCIAL:
ENDEREÇO RESIDENCIAL:
TELEFONE:
E-MAIL PESSOAL:
E-MAIL INSTITUCIONAL:
AGENCIA e Nº DA CONTA BANCARIA:

2. CONDIÇÕES GERAIS:
2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Deverá ser cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

Os preços cotados pela empresa vencedora não poderão ultrapassar os preços unitários estimados pela Administração.

Será rejeitada a proposta que contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

O Prazo e local de Entrega: conforme edital.

2.2. O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBSERVAÇÃO: RUBRICADA EM TODAS AS FOLHAS E A ÚLTIMA ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO 05 – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/21 – MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ – SP
TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL (licitante)
AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO EM PREGÕES
Autorização para Representação em Licitações
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:
Telefone comercial:
E-mail:
Representante legal:
CPF: RG: Telefone:
Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
São responsabilidades do Licitante:
I. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor; e
III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento.
O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação poderá implicar o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto nos normativos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil e/ou nos editais de licitação dos quais venha a participar. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas.
Sem prejuízo do disposto acima, o Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:
I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
II. apresentar lance de preço;
III. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo (a) pregoeiro (a);
IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
V. interpor recursos contra atos do(a) pregoeiro(a);
VI. apresentar e retirar documentos;
VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
VIII. assinar documentos relativos às propostas;

IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.
Corretora:
Endereço:
CNPJ:
O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 06 –TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA BLL COMPRAS DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL (LICITANTE)

Indicação de Operadores (licitante direto)
Licitante:
CNPJ:
Operadores
1 Nome:
CPF: Função:
Telefone: Celular:
Fax: E-mail:
2 Nome:
CPF: Função:
Telefone: Celular:
Fax: E-mail:
O Licitante reconhece que:

I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III. a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e

IV. o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros.

Local e data:_____
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 07 – MINUTA DE ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO N° ___/2.021
ATA DE REGISTRO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ E A EMPRESA _____.

Aos _____ dias do mês de ____de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Avaré, Estado de São Paulo, de um lado a **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 46.634.168/0001-50, situada na Praça Juca Novaes, 1.169, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, conforme delegação de competência fixado pelo Decreto Municipal n° 4.813/2.017, o senhor **ROSLINDO WILSON MACHADO,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.574.987-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n° 231.136.779-04, residente e domiciliado na cidade de Avaré/SP – de ora em diante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR** e de outro lado à empresa **_____,** cadastrada no CNPJ sob o número ____/____-__, com sede na _____ – _____/__ e Telefone: (__)_____, neste ato representada pelo Senhor **_____, _____**, portador da Cédula de Identidade RG n° _____/__ e inscrito no CPF/MF sob n° _____-__, residente e domiciliado na _____, nº _____ – _____/__. – de ora em diante denominada **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para registro de preços nos termos das leis n° 8.666/93 e lei nº 10.520/02 e lei Municipal nº 395 de 04 de dezembro de 2.002:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Nos termos do **Pregão Eletrônico n° 021/21 – Processo n° 032/21**, de 0**1 de março de 2.021**, fica a empresa **_____**, responsável pelo registro de preços para futura aquisição de material elétrico e ferramentas de uso geral para todas as Unidades de Saúde, conforme especificações abaixo:

DETENTORA(S) PELA ORDEM

COTA PRINCIPAL ABERTO PARA TODOS OS TIPOS DE EMPRESA

Item	Descrição	Qtde	Un.	Valor Unitário	Valor Total

COTA RESERVADA ME/EPP/MEI

Item	Descrição	Qtde	Un.	Valor Unitário	Valor Total

Os objetos deverão ser de boa qualidade

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUJEIÇÃO AO EDITAL E SEUS ANEXOS
2.1. A Detentora ratifica sua sujeição a todas as exigências do Edital de **Pregão Eletrônico nº 021/21,** que constitui parte integrante desta ata de registro de preços, juntamente com a

proposta vencedora, exceto no que esta última vier a contrariar as normas especificadas nos instrumentos da contratante.

2.2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Avaré a firmar contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. Os preços registrados, de acordo com as especificações do produto, bem como, quantidades estimadas de cada item registrado para a Fornecedora são os relacionados na cláusula primeira e segunda.

3.2. O valor global da ata de registro de preços é de **R$ _____ (_____).**

3.3. O valor da ata de registro permanecerá fixo e irreajustável até o final deste.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E EMPENHO

4.1. O pagamento será efetuado quando se tratar de recursos vinculados (fontes 02 e 05) será de até 30 dias após a entrega e a emissão da Nota Fiscal e quando se tratar de recurso próprio (fonte 01) será de 30 dias após a entrega e a emissão da Nota Fiscal. **É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: Referente ao Pregão Eletrônico n° 021/21 – Processo n° 032/21 – Ata de Registro nº ____/21 – Autorização de Fornecimento nº___/__.**

4.2. O CNPJ da Nota Fiscal deverá ser o mesmo da Autorização de Fornecimento.

4.3. As aquisições decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizados por intermédio de autorização de fornecimento, com base nas condições estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 021/21** e cláusulas complementares acordadas entre as partes.

4.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA QUINTA – DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, DO PRAZO, DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA, DA FORMA DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

5.1.1. O endereço eletrônico e telefone da DETENTORA para que o Almoxarifado da Saúde possam encaminhar via e-mail a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF), formalizando a solicitação, são os seguintes:

a) Endereço eletrônico:

b) Telefone:

5.1.2. Em caso de entrega parcial a Detentora deverá entrar em contato com o Almoxarifado da Saúde – Telefone: (14)3732-4597 – E-mail: almoxarifado.saude@avare.sp.gov.br.

5.1.3. RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ALMOXARIFADO DA SAÚDE: juarez.marchetti@avare.sp.gov.br

5.1.4. Para que o Almoxarifado da Saúde possa emitir uma nova Autorização de Fornecimento Fracionada.

5.2. Prazo de entrega: Devem ser entregues em **07 (sete) dias úteis** após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.).
5.3. Local e Horário de Entrega: Almoxarifado da saúde: Endereço: Rua Minas Gerais nº 1742 – Bairro Vila Isabel – Avaré/SP – CEP 18.706 – 010 – Fone: (14) 3732 – 4597 – Horário de Entrega: das 07:30 as 16:00 horas.
5.3.1. Todos os itens/produtos só poderão ser entregues após assinatura da ata de registro de preços e o recebimento da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (A.F.).

5.4. Forma de Entrega: Os produtos/itens devem ser entregues conforme a Autorização de Fornecimento e deverão estar acondicionados em embalagens apropriada que garanta a integridade do produto, contendo as seguintes informações: rótulo com nome do produto; número de lote; data de fabricação/validade; composição e procedência; deverão obedecer a legislação e Normas atuais vigentes e deverão ter garantia contra defeitos de fabricação ou materiais.
5.4.1. Em caso de eventuais defeitos nos produtos fornecidos, os mesmos deverão ser prontamente corrigidos pela Detentora e deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para ao Órgão Gerenciador.

5.5. Vigência: A Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO
6.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços e aos contratos/autorizações de compras, o Decreto nº 5037, de 14 de dezembro de 2.017 que estabelece normas para aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 com alterações posteriores e Lei Federal nº 10.520/02, que a **DETENTORA** declara conhecer integralmente.
6.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, em face do disposto nos artigos 81, 86 e 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações que lhe foram incorporadas e do art.7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, obedecerá, no âmbito do Município da Estância Turística de Avaré, as normas estabelecidas no Decreto nº 5037/17.
6.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:
I – Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
II – Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
6.4. O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:
I – Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
II – Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06% (seis centésimos por cento) ao dia.
6.5. Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:
I – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
II – Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
III – Ressarcimento de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

6.5. A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.
6.6. O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.
6.7. As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.
6.8. A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas, pelo gestor do respectivo contrato, à autoridade que autorizou a licitação, ou a contratação, no respectivo processo.
6.9. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.
§ 1º – Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado via e-mail, informado no cadastro do responsável, via correio com AR e/ou publicação em Diário Oficial da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa, as normas estabelecidas no Decreto nº 5339/18.
§ 2º – Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.
§ 3º – Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, de cuja decisão cabe solicitação de reconsideração.
§ 4º – A multa imposta deverá ser recolhida, decorridos 5 (cinco) dias úteis da decisão do recurso ou, em sendo o caso, da solicitação de reconsideração.
§ 5º – Se o pagamento da multa não for efetuado dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, o valor deverá ser inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.
6.10. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.
6.11. As disposições constantes deste Decreto aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
§ 1º – A inexecução total ou parcial do contrato de obras e serviços de engenharia, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:
I – Advertência.
II – Multa.
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, por prazo não superior a dois anos.
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
§ 2º – A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, afim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
§ 3º – A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados no cronograma de execução, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, nos casos de inexecução total e parcial do contrato.

§ 4º – A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.
§ 5º – Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 5 (cinco) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
§ 6º – A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos.
§ 7º – A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.
§ 8º – A aplicação da sanção prevista no parágrafo anterior é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo, no prazo de dez dias, contados da abertura de vistas.
§ 9º – Decorridos 5 (cinco) anos da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.
6.12. A multa prevista no artigo anterior será:
I – De 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
II – De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
III – De 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.
§ 1º – O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo Município em decorrência da execução contratual.
§ 2º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.
§ 3º – Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, o valor da multa deverá ser recolhido à conta do Município de Avaré através de guia de recolhimento própria, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.
§ 4º – O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.
6.13. O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.
Parágrafo único – A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no item 6.4, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" do item 6.13.
6.14. O pedido de prorrogação de prazo final da obra, serviços, ou entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

6.15. As multas referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais legislação correlata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS MOTIVOS PARA CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ao invés de aplicação das penalidades acima citadas e sem prejuízo das mesmas, poderá ser cancelado o ajuste se ocorrido qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, observadas as formas previstas no artigo 79 da mesma Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO
Em caso de rescisão da ata de registro de preços poderá ser feita amigável ou judicialmente, nos expressos termos da legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE
Fica expressamente vedada à empresa detentora a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do **Pregão Eletrônico n° 021/21 – Processo n° 032/21** a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO
10.1. Deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a constar após o recebimento do produto no Almoxarifado.

10.2. Os itens/produtos que tiverem validade inferior a 12 (doze) meses, devido a fabricação/confecção, deverão ser comprovada através de informações recebidas do fabricante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR E FISCALIZADOR DA ATA DE REGISTRO
11.1. É de obrigação do ÓRGÃO GERENCIADOR fiscalizar a presente ata de registro de preços.

11.2. A responsabilidade pela fiscalização desta ata de registro:
11.2.1. FISCAL TÉCNICO/SOLICITANTE:
Nome: Marco Antônio Vona
Cargo: Eletricista
CPF: 081.836.688-52

11.2.2. FISCAL DE RECEBIMENTO/NOTAS FISCAIS/RESPONSÁVEL/ALMOXARIFADO DA SAÚDE:
Nome: Juarez Marchetti
Cargo: Responsável Técnico
CPF: 309.595.478-60

11.3. A responsabilidade pela gestão desta ata de registro de preços será o Secretário Municipal de Saúde, o Senhor Roslindo Wilson Machado, solicitante do objeto referente a esta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12.1. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, a(s) empresa(s) detentora(s) tera(o) seu Registro de Preços cancelado, nas condições estipuladas do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 021/21 – Processo n° 032/21,** quando:
12.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

12.1.2. Recusar-se a assinar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por este Município, sem justificativa aceitável;
12.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aquele praticado no mercado;
12.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
12.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002;
12.1.6. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

12.2. Independentemente das previsões retro indicadas, a detentora poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de forca maior devidamente comprovado;
12.2.1. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO
Esta ata de registro de preços fica vinculado ao edital de licitações referente ao **Pregão Eletrônico n° 021/21 – Processo n° 032/21.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA OBRIGAÇÕES DA DETENTORA
14.1. A Detentora deverá cumprir integralmente o disposto nesta Ata.

14.2. A Detentora deverá entregar o bem licitado em sua totalidade (conforme quantidades contidas nas autorizações de fornecimento), sendo que a entrega deverá ser realizada nos endereços e prazos mencionados no anexo I do edital.

14.3. Manter durante toda a vigência da ata compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.4. Arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes a entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem ao edital.

14.5. Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA
A ata de registro de preços, durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer secretaria, almoxarifado ou departamentos da administração que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão participante desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar, ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou ainda, benefícios de qualquer natureza que constitua prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, conforme a Lei n° 2.216, de 22 de junho de 2.018, publicado em 22 de junho de 2.018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COBRANÇA DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

A **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL** enviará o pedido de empenho para o Almoxarifado da respectiva Secretaria, que se compromete a encaminhar o relatório de empenho após o término do contrato de Registro de Preços, com prazo de 30 (trinta) dias para o endereço de e-mail: **contasareceber@bll.org.br.** Não havendo o envio da declaração sem comunicado breve, a BLL efetuará a cobrança de acordo com o valor adjudicado ou homologado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Avaré, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renuncia a qualquer outra por mais privilegiada que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Prefeitura da Estância Turística de Avaré, aos __ de _____ de 2.021.

ROSLINDO WILSON MACHADO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ
ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA

Testemunhas:

Nome:_____ **Nome:**_____
RG:_____ **RG:**_____